



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular nº 264/15

Brasília-DF, 3 de novembro de 2015

Às seções sindicais, secretarias regionais e aos diretores do ANDES-SN

Companheiros

Estamos encaminhando o Relatório da reunião do Setor dos Docentes das IFES, realizada em Brasília-DF, nos dias 30 e 31 de outubro do corrente ano.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Alexandre Galvão Carvalho
3º Secretário



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES
BRASÍLIA/DF, 30 e 31 de outubro de 2015
Sede do ANDES, Brasília - DF

Horário: Início dia 30 às 9h
Término dia 31 às 12h30

Presentes: 5 Diretores, 36 representantes de 25 seções sindicais – Totalizando: 41 presentes (Anexo II)

Pauta:

- 1) Informes
- 2) Avaliação da greve nacional dos docentes federais
- 3) Encaminhamentos

Documentos distribuídos:

- 1) Circular nº 247/15 – Convoca Reunião do Setor das IFES dia 30 e 31 de outubro;
- 2) Circular nº 248/15 – Envia Carta Convocatória para construção do II ENE (Encontro Nacional de Educação);
- 3) Circular nº 256/15 e Circular nº 257/15 – Encaminha informações sobre o XVIII Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN, a ser realizado de 7 a 8 de novembro de 2015;
- 4) Circular nº 260/15 – Mobilização para barrar a PEC 395/2014;
- 5) Circular nº 261/15 – Informa a solicitação do ANDES-SN ao STF do ingresso como *Amicus Curiae* no recurso que trata das cobranças de mensalidades em cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados por IES públicas;
- 6) Circular nº 262/15 – Solicita às Seções Sindicais do Setor das Federais a regularização, junto à Tesouraria Nacional do ANDES-SN, das contribuições ao Fundo Nacional de Greve;
- 8) InformANDES n. 51, Outubro de 2015;
- 9) InformANDES Especial sobre Organizações Sociais.

I – Informes Nacionais:

1 – Reunião FORGEPE:

O ANDES-SN foi convidado pela Coordenação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas das IFES – FORGEPE, da ANDIFES para participar de reunião conjunta (FASUBRA, ANDES-SN, PROIFES e coordenação do FORGEPE) sobre propostas de carreira de Técnicos-Administrativos e Docentes. A reunião foi realizada no dia 21/10/2015, na sede da ANDIFES, em Brasília. Nela, os representantes do FORGEPE informaram que as entidades sindicais haviam sido convidadas para combinar suas participações em parte da reunião do pleno do Fórum a ser realizada em



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
25 de novembro de 2015 para exporem seus posicionamentos sobre a carreira. Participaram, pelo ANDES-SN, Paulo Rizzo e Marinalva Oliveira. A reunião foi conduzida pelo Professor Mauro Rocha Cortês (UFSCAR), coordenador do FORGEPE, que informou que o Fórum e a ANDIFES têm conhecimento e posições mais consolidadas sobre a carreira dos STA, mas pouco conhecimento e posicionamento sobre as carreiras docentes e que a participação das entidades na reunião do pleno tem por fim contribuir para subsidiar seus futuros posicionamentos. Os representantes do ANDES-SN confirmaram que o Sindicato participará do evento.

2 – FUNPRESP:

Câmara e Senado, na tramitação da MP 676/2015, que trata do fator previdenciário, introduzam, a pedido do próprio governo e da gestão da FUNPRESP, emenda que estabelece a adesão automática dos servidores, que ingressaram a partir de março de 2013, ao fundo de pensão. Conforme o texto aprovado, a adesão é automática e o servidor terá 90 dias para desistir. A compreensão da Diretoria e da Assessoria Jurídica do ANDES-SN é a de que isso é inconstitucional e que caberá, após sanção e promulgação da Lei, uma ação direta de inconstitucionalidade, o que deverá ser tratado no âmbito do Fórum das Entidades Nacionais de SPF.

3 – PEC 395/2015:

PEC 395: no dia 21 de outubro, foi aprovado na Câmara dos Deputados, em primeiro turno, o texto principal da PEC 395/2014, com uma votação de 318 favoráveis e 129 contrários (por se tratar de emenda constitucional, para ser aprovado precisa de aprovação de 3 quintos do plenário, portanto, um mínimo de 308 votos). Essa PEC, se for aprovada, permitirá a cobrança de taxas para os cursos de extensão, especialização e mestrado profissional, pondo fim ao princípio constitucional da gratuidade da educação nas instituições públicas. O ANDES-SN, por intermédio da Assessoria Jurídica Nacional, solicitou ao STF o ingresso como *Amicus Curiae* em processo que tramita no STF sobre a cobrança de mensalidade em cursos de pós-graduação *lato sensu*.

4 – PL 77/2015:

Avança a tramitação do projeto que já visa ampliar a consolidação das Parcerias Público-Privadas na área de Ciência e Tecnologia. O fundo público pode ser investido diretamente em empresas nacionais e estrangeiras que realizem atividades de pesquisa e desenvolvimento em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. As instituições públicas de ensino compartilhariam equipamentos, métodos de conhecimento acumulado, no caso patrimônio científico, e pessoal técnico personalizado, com a iniciativa privada. Com a aprovação do projeto será possível que uma universidade pública compartilhe tudo isso com uma empresa privada, abrindo, inclusive, a possibilidade de criação de Organizações Sociais (OS) para gerir essas parcerias público-privadas.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

5 – PL 4643/12:

Possibilita investimentos da iniciativa privada (pessoa física e jurídica) nas instituições federais de ensino públicas. O Projeto faz parte do processo de mercantilização da universidade pública, gratuita e de qualidade em curso no país.

6 – Encontro de Assuntos de Aposentadoria:

Nos dias 6, 7 e 8 de novembro ocorrerá, na Sede da ADUFEPE Seção Sindical, Recife (PE), o XVIII Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN;

7 – Próxima Reunião do Fórum dos SPF:

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais definiu várias ações, dentre as quais, convidar as centrais sindicais e entidades com representação nacional no setor público e privado. O objetivo da reunião será a discussão da conjuntura e a possibilidade de construção de uma greve geral no país, unindo as categorias, uma vez que o ajuste fiscal prejudica o conjunto da classe trabalhadora, exigindo uma ação articulada. A reunião ocorrerá no dia 10 de novembro de 2015, às 14h, no ANDES-SN – Setor Comercial Sul, Quadra 2, Edifício Cedro II, Brasília-DF.

8 – Realização do II ENE (Encontro Nacional de Educação), em 2016:

O Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já! elaborou uma carta convocatória para a construção do II ENE 2016, com o seguinte tema: Por um Projeto Classista e Democrático de Educação, assim como, também foi aprovada a arte do II ENE 2016 que deve ser utilizada para as atividades preparatórias a serem realizadas pelas seções sindicais. Conforme decisão do nosso último Congresso e CONAD, devemos envidar esforços para a realização dos encontros preparatórios ao II ENE no segundo semestre de 2015. O indicativo do Comitê Nacional é de que o II ENE 2016 seja realizado em Brasília, no mês de junho.

9 – Aprovação da MP 680/2015 – PPE:

Foi aprovada no Senado Federal a MP que institui o Programa de Proteção ao Emprego. O texto aprovado, o mesmo que passou na Câmara dos Deputados Federais, segue para sanção presidencial. Trata-se de grande ofensiva contra os direitos trabalhistas, com a justificativa de garantia do emprego no setor privado, com aval de parte do movimento sindical, como a CUT, que reduz o valor da força de trabalho para beneficiar os empresários.

10 – PLC 101/2015:

No dia 28/10/15 o Senado Federal aprovou o PLC 101/2015, o chamado Projeto da Lei Antiterrorismo, proposto pelo executivo. O substitutivo aprovado inclui dentre as listas de atos terroristas as manifestações políticas dos movimentos sindicais e populares. Trata-se de forte ofensiva e criminalização contra aqueles que lutam por direitos coletivos.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

11 – Saída unificada da greve e relação com o governo:

Enquanto outras greves de servidores se encerraram com termos de acordo assinados, casos da FASUBRA e da FENASPS, e também setores que não estavam em greve ou com greves parciais, caso da CONDSEF, a greve dos docentes se encerrou sem que se tivesse chegado ao término das negociações. Conforme deliberação das assembleias, a proposta do governo de reajustes de 5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017 foi rejeitada, o que foi comunicado ao MPOG juntamente com a manifestação de disposição do ANDES-SN em dar continuidade às negociações. No entanto, em que pese a insistência em retomada das negociações juntamente ao MPOG e ao MEC, até o momento, nenhuma reunião foi marcada, o que significa que continuam as cobranças de reuniões.

II. Informes das seções sindicais (ANEXO I).

III- Pauta

Após os informes iniciou-se o próximo ponto da pauta: Avaliação da greve nacional dos docentes federais. Paulo Rizzo, pela coordenação do Setor das Federais, fez a fala inicial de avaliação da greve. Em seguida, foram acolhidas inscrições para debate e apresentação das propostas de encaminhamentos.

IV. Encaminhamentos

- 1) Constituir Comandos Locais de Mobilização (CLM);
- 2) 17 de novembro - Dia nacional de luta com atos e paralisações em defesa do caráter público da universidade - contra a PEC 395/2014, PLC 77/15 e PL 4643/12;
- 3) Cobrar posição dos Reitores e Conselhos Superiores sobre a PEC 395/2014, PLC 77/15 e PL 4643/12, com divulgação de nota;
- 4) Enviar as notas para o ANDES-SN dar ampla divulgação, sobre as posições dos Reitores e dos Conselhos Superiores sobre a PEC 395/2014, PLC 77/15 e PL 4643/12;
- 5) Que as seções sindicais realizem audiência pública e ou debate público com os parlamentares federais em seus estados sobre a PEC 395/2014, PLC 77/15 e PL 4643/12;
- 6) Campanha nacional, com diversas peças de divulgação, contra a PEC 395/2014, PLC 77/15 e PL 4643/12;
- 7) Fazer peças de divulgação nacional em defesa dos direitos de aposentadoria, focando na MP 676/2015, que torna obrigatória a adesão ao FUNPRESP (a partir de fevereiro de 2013);
- 8) Elaborar um informandes especial, como material de mobilização, com ênfase na PEC 395/2014, PLC 77/15, PL 4643/12 e MP 676/15 (obrigatoriedade de adesão ao FUNPRESP);
- 9) Realizar reunião com ANDIFES e propor elaborar documento em conjunto contra a PEC 395; PL 77, PL 4643 e cortes no orçamento;
- 10) Realizar reunião com FASUBRA e SINASEFE para construir ações políticas e jurídicas contra a obrigatoriedade de adesão ao FUNPRESP



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- 11) Propor no Fórum dos SPF ações políticas e jurídicas conjuntas contra a obrigatoriedade de adesão ao FUNPRESP
- 12) Envidar esforços para construção ou rearticulação dos comitês estaduais em defesa da escola pública, visando a organização e realização dos encontros preparatórios ao II Encontro Nacional de Educação 2016
- 13) Articular ações junto a CSP-Conlutas nos estados, entidades dos SPF, Espaço Unidade de Ação, movimentos sociais, sobre os projetos de lei, MP e PECs em tramitação no Congresso Nacional que atentem contra os serviços públicos, direitos de organização e manifestação (PLC 101/15) e direitos dos trabalhadores;
- 14) Propor ao Espaço Unidade de Ação e Fórum dos SPF ações políticas contra os projetos de lei, MP e PECs em tramitação no congresso nacional que atentem contra os serviços públicos, contra os direitos de organização e manifestação (PLC 101/15) e direitos dos trabalhadores;
- 15) Recomendação: Que as seções sindicais, no marco do debate estratégico sobre o projeto para as IES, seja desenvolvida ações de propaganda no sentido de divulgar o projeto do ANDES-SN, contido no Caderno 2, a fim de fortalecer a formação de novos quadros do movimento docente vinculados ao ANDES-SN.

AGENDA:

17 de novembro - Dia nacional de luta com atos e paralisações em defesa do caráter público da universidade

Reunião do setor das federais dias 28 e 29 de novembro.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO I

Informes das Seções Sindicais

ADUFAC: Moisés Silveira Lobão

O movimento para deflagração da greve veio mobilizando gradativamente a categoria, e após três assembleias decidiu-se iniciar a greve dos professores na UFAC a partir do dia 29-05, quando praticamente estávamos na metade do semestre letivo, houve uma votação maciça dos professores a favor da deflagração da greve. Após decisão houve passagens nas salas de aula para conversar com os alunos falando dos motivos da greve. Ao mesmo tempo foi enviado o documento notificando a reitoria sobre essa decisão, e o reitor imediatamente soltou uma nota apoiando a greve, mas durante a greve, principalmente quando o CLG enviou ao reitor a pauta local. Ele começou a articular um movimento contra a nossa greve, tentando acabar com a greve mobilizando professores para ir em nossa assembleia para votar contra a greve. Mas, durante os 139 dias de greve houve muitas atividades, ocorrendo cerca de 40 assembleias, muitas delas temáticas onde se discutiu os perigos da PEC 395, contratação via OS, PLC 077 que trata da política de ciência tecnologia e inovação, entre outras leis em tramitação que ataca a Universidade Pública. Foi organizado também vários atos, e alguns deles em conjuntos com o fórum dos SPFs do Acre, e também em conjunto com o setor da educação em greve, professores estaduais e do Instituto Federal do Acre. Além disso, juntamente com os alunos foram organizadas várias ações politico-culturais, incluindo 3 saraus e semanalmente atividade intitulada cine greve com documentários sobre vários temas como a questão da dívida pública, o movimento de maio de 68, entre outros. A greve foi finalizada dia 15-10-2015 com ato público no dia do professor, mostrando que é um dia de luta e não de festa, foram ainda tirados princípios de retomada das atividades acadêmicas e que foram ratificados na primeira reunião do Conselho Universitário que definiu a recomposição do calendário escolar. Ainda foi feita pelo comando de greve uma apresentação sobre os motivos e avaliação da greve e os perigos do pacote de medidas do governo e que estão tramitando no congresso que privatizam as universidades para que os professores, em sua primeira aula de retorno da greve, pudesse explicar aos estudantes essas questões, o que foi muito importante para mobilizar nossos estudantes agora em aula para lutar contra essas medidas.

Destaques: 1) Durante a greve foi enviada a carta elaborada pelo CLG contra a PEC 395 aos deputados federais do Acre, porém houve retorno apenas do Deputado Angelim e Leonardo, ambos do PT que votaram contra a PEC. Tivemos também no dia 29-10-2015 reunião da diretoria da Adufac com o Senador Sérgio Petecão – PSD que se comprometeu a votar contra a PEC 395 quando esta estiver sendo avaliada no senado. 2) Em relação a pauta interna o reitor se recusou abrir mesa de negociação para discutir a pauta local discutida e aprovada durante nossas assembleias de greve. 3) Conseguimos fazer com que o reitor abrisse as contas em relação ao orçamento de 2015 e ficou explícito o favorecimento da atividade meio onde mais de 70% do OCC é para empresas terceirizadas (limpeza, vigilância e manutenção), enquanto apenas 7% do OCC é direcionado para as atividades fins (ensino, pesquisa e extensão), o que denunciemos através de um jornal da greve constando números e gráficos mostrando tudo isso, e isto



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior trouxe uma indignação a uma grande parte dos professores e estudantes da UFAC, após isso o reitor mobilizou os professores que participam de sua gestão (pro reitores, diretores entre outros cargos comissionados) para ir em nossa assembleia e acabar com a greve, mas nossa mobilização impediu esse golpe do reitor para colocar fim ao nosso movimento. 4) Em relação à progressão da carreira houve discussão em todas as Unidades acadêmicas em assembleias puxadas pela diretoria da Adufac antes da greve, mas a promoção na carreira para professor titular ainda não foi aprovada, já a RSC já foi aprovada com participação da comissão de dois membros da diretoria da Adufac. 5) Não foi possível articular o fórum dos SPFs local para trabalhar as mobilizações do outubro de lutas 6) Encontro preparatórios do II ENE devem ocorrer no início do próximo ano.

ADUA: Antonio Batista da Silva

Início da greve na Universidade Federal do Amazonas UFAM em 15/06/2015

Judicialização da Greve impetrado pelo Movimento Estamos em Aula por tempo indeterminado na UFAM.

Durante todo movimento de greve a ADUA além de se defender dos ataques ao próprio movimento sindical também teve que defender o caráter Público de Universidade Pública, através de atos permanentes e debates com os professores contrários a greve.

Encerrada a greve em 16/10/2015 com reinício das atividades acadêmicas em 19/10/2015.

Proposta de calendário acadêmica aprovada conforme solicitação da seção sindical ADUA/UFAM, sendo o semestre 2015/2 iniciada em 04/01/2016 e início do semestre letivo 2016/1 para 25/05/2016.

CARTA DO COMANDO LOCAL DE GREVE DOS DOCENTES DA UFAM À COMUNIDADE ACADÊMICA

Representados pela Associação de Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA), os docentes da Ufam que construíram uma greve de 117 dias, apresentam as circunstâncias que levaram à saída unificada da greve nacional.

Deflagrada em Assembleia Geral realizada no dia 9 de junho de 2015, a greve na Ufam deve ser entendida como resposta ao processo de extrema precarização das condições de trabalho e desvalorização da carreira docente, inclusive com forte defasagem salarial, observado não apenas no Amazonas, mas em todo o país. Um cenário de precarização que, já agravado pela expansão desordenada e irresponsável da rede federal do ensino promovida pelo governo nos últimos anos, evidenciado, por exemplo, nas inúmeras obras inacabadas, na falta crônica de professores e na restrição de financiamentos institucionais, foi agudizado pelo anúncio, mais uma vez irresponsável, de cortes no orçamento destinado à Educação, medidas restritivas que comprometem o futuro das universidades públicas em todo o país.

Os docentes da Ufam, mobilizados com docentes de outras 50 Instituições Federais de Ensino, estiveram unidos na luta em defesa do caráter público da educação, se contrapondo e denunciando o projeto de privatização e mercantilização do ensino superior no país.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Se no contexto nacional a resposta mais concreta veio na truculência e desrespeito da forte repressão policial, inclusive com spray de pimenta e cacetadas, no contexto local a resposta foi dada por parte daqueles que, contrapondo-se à greve, procuraram desqualificar a ADUA como legítima representante do movimento docente e desacreditar o movimento estudantil livre. No contexto local, as oposições à greve foram, inegavelmente, estimuladas pela Administração Superior, seja pela defesa débil da própria Ufam, agredida em sua Autonomia Universitária, seja por permitir que interesses individuais se sobrepujassem aos interesses institucionais coletivos, produzindo o caos institucional decorrente da simultaneidade de dois calendários acadêmicos (2015/1 e 2015/2).

Na Ufam, a greve explicitou a existência de dois projetos antagônicos de Universidade: uma Universidade Pública, mantida sob a responsabilidade do Estado, defendido pelo movimento docente; e uma outra universidade, gerida sob a lógica do capital privado, orientada por concepções privatistas postas a serviço da competitividade produtivista e excludente, que atende aos interesses de indivíduos que se opuseram à greve, amparados por práticas antidemocráticas adotadas pela Administração Superior.

Por isso, a ADUA reafirma o seu propósito de seguir firme na defesa de bandeiras históricas, conclamando a todas e todos a se incorporarem a essa luta que não é só dos docentes da Ufam, mas de todos aqueles que desejam um país mais justo e igualitário e uma educação pública, gratuita e de qualidade para toda a população.

Manaus, 16 de outubro de 2015.

COMANDO LOCAL DE GREVE – CLG/ADUA

SESDUF-RR: Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior

- 1) PEC 395: Os deputados foram procurados durante o período de greve e serão novamente procurados;
- 2) Ações Internas: Prestação de esclarecimentos jurídicos sobre assédio moral e auxílio fronteira com ida aos 3 campus;
- 3) As contas foram apresentadas pela Pró-Reitoria de Planejamento e encontram-se disponíveis no site institucional da UFRR;
- 4) Progressão e promoção: Auxiliar, Assistente, Adjunto e Associado obedece critérios da lei 8.112, sendo considerados mestrados e doutorados progressões automáticas para Assistente e Adjunto, respectivamente. Para titular há resolução interna aprovada, na qual após 8 anos como Associado defende-se uma tese perante comissão instituída ou comprova-se atividades destes 8 anos de ensino e pesquisa ou ensino e extensão;

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- 5) Após o indicativo de finalização da greve as atividades permanecem relativamente paradas, a exceção da realização em Roraima do 3º Encontro das Seções Sindicais da Regional Norte I, durante os dias 15 e 16 de outubro, no qual se discutiu: impactos e desafios da carreira docente (estaduais e federais) e multicampia; demais ações encontram-se em planejamento;
- 6) Encontros preparatórios do II ENE ainda não ocorreram

ADUFPA: Suelene Pavão e Ivan Neves

A AG, realizada em 16/10/2015 no Setor de Recreação do Campus da UFPA em Belém, no ponto de avaliação foram levantadas as seguintes questões:

1. A deliberação de deflagração da greve a partir de 28/05/15 foi uma decisão acertada como enfrentamento à política de cortes no orçamento do MEC que, na UFPA atingiu a cifra de mais de 47 milhões de reais que provocou a suspensão parcial do PARFOR; a diminuição dos efetivos humanos de segurança. A greve também rearticulou o Fórum Estadual de Luta dos SPF com a organização de vários atos e ações de mobilização no estado e em nível nacional. Também promoveu uma maior unidade com os servidores técnico-administrativos da UFPA e com o movimento estudantil com participação ativa nos atos locais e nacionais.
2. Considerou acertada a decisão do CNG de indicar a não assinatura de acordo com o governo nos termos da proposta que fora encaminhada ao ANDES.
3. Foram apresentados os seguintes encaminhamentos:
 - a) Realização de jornada de debates sobre a PEC 295
 - b) Reprodução da Carta do CNG/ANDES à Sociedade Brasileira
 - c) Elaboração de Carta do CLG/ADUFPA aos Estudantes
 - d) Transformação do CLG em Comissão de Mobilização Local Permanente
 - e) Indicação dos membros da comissão para elaboração de propostas de calendário de reposição (calendário acadêmico).

Ainda no dia 16/10 foi realizada a tradicional festa dos professores.

No dia 22/10 foi realizado o II Encontro da Regional Norte II em Belém com o tema: O Projeto Privatista do Governo para a Educação.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

No dia 17/10 houve um seminário de Avaliação da Conjuntura Nacional promovida pelo Espaço Unidade de Ação que indicou ato Contra o Ajuste Fiscal do governo Dilma para o dia 29 de outubro. Esse ato ocorreu na data indicada com concentração em Belém na Praça da Leitura em São Brás a partir das 17 horas. Ainda no dia 29/10 houve a primeira reunião da Comissão Local de Mobilização Permanente e a próxima reunião será no dia 05/11.

APRUMA: Claudio Mendonça

Informes

III Encontro Regional do Andes-SN no dia 6 de novembro de 2015. Campus UFMA Centro - Imperatriz

Organização dos GTs no final da gestão

Assembleia dia 12 de novembro de 2015 para definição da comissão eleitoral do processo sucessório da diretoria da Apruma - SS;

ADUFERSA: Magnus Gonzaga

A diretoria da Adufersa se reunirá na quarta-feira (04/11) para avaliar a greve e pensar os três próximos meses; As aulas na Ufersa foram retomadas no dia 26 de outubro. A proposta de calendário foi construída nas assembleias e confirmada no CONSEPE; A Adufersa realizou reunião com o SINTEST no dia 29/10 para definição de seminário conjunto: pautando avaliação da greve, as perspectivas das lutas futuras e uma exposição fotográfica com momentos da greve para circular pelos campi; A Adufersa vai elaborar a agenda 2016 ilustrando fotos da greve; A Adufersa participou do Encontro Regional Nordeste II do Andes em João Pessoa nos dias 23 e 24 de outubro.

ADUFCG: Elisângela Silva Porto Sales

Na semana imediatamente posterior ao término da greve houve audiência com a Reitoria da UFCG, onde realizamos cobranças de respostas sobre a pauta local, quais sejam:

- Condições de Trabalho: Terceirizados há meses sem receber salários, demissões de terceirizados (Campus de Sousa); em relação às contratações e vagas; prédios inacabados entre outros.
- Calendário Acadêmico;
- Resolução de progressão e promoção na Carreira, tendo em vista um golpe promovido pela pró-reitoria de gestão que aprovou *Ad Referendum* uma resolução que agravou os fossos entre níveis, com critérios quase inalcançáveis. Durante a greve, embora a ADUFCG tenha elaborado uma minuta de resolução para ser discutida com a reitoria, esta tomou a decisão de ignorar inclusive decisões tomadas em assembleia, de não tratar de decisões como esta em período de greve.
- Solicitou-se maiores esclarecimentos sobre a situação das contas da UFCG, depois dos cortes, pois durante a greve as informações foram insuficientes.
- Sobre a adesão À EBSERH, houve um ato no HU, recentemente, tendo em vista a visita do presidente da citada empresa por ocasião da assinatura do reitor no contato de

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
adesão. O fato é que a reitoria ignorou a decisão do Conselho Pleno da Instituição que rejeitou por ampla maioria a adesão à EBSEH e promoveu um golpe que foi concretizado com a assinatura do contrato de adesão da UFCG à EBSEH.

- Por encaminhamento da Assembleia, foi montada a Comissão de Mobilização Local. Na verdade, o CLG foi transformado em CML. Ao mesmo tempo a ADUFCG está passando por processo de sucessão eleitoral.

- Estão sendo viabilizadas ações com vistas a discutir com a categoria os ataques às universidades:

- Parceria Público/Privado;

- OS;

- PEC 395;

- Auditoria Cidadã da Dívida Pública;

- Construção, junto a outras entidades do Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública;

- Fórum em Defesa do SUS e contra a privatização dos HUs;

- Articulação com outras entidades para a construção de uma luta unificada.

ADUFEPE: Augusto Barreto e Eronivaldo Pimentel

Debate: Multicampia, Precarização e Organização Sindical

- Debate sobre Multicampia e Organização Sindical no Centro Acadêmico de Vitória/UFPE com a participação do Prof. Alexandre Galvão e Rejane Dias (ANDES-SN e Regional NEII, respectivamente), realizado no dia 13 de outubro de 2015.

- Dia 15 de outubro a Diretoria da ADUFEPE ofereceu um almoço a todos os docentes da UFPE em comemoração ao Dia dos Professores.

Outras Informações:

Duas assembleias foram realizadas (25/5 com 382 – 82pró e 28A), no intuito de deflagrar a greve e não houve deliberação por 272 votos contrários e 54 respectivamente. Em 25/8 com a participação de 290 docentes: 168 contra, 174 pró e 8 abstenções.

Invasão da Reitoria por estudantes (40 estudantes), (2/10/15 - 8/10/15)

ADUFS/SE: Jailton de Jesus Costa

A ADUFS saiu da greve de maneira unificada no dia 13/10.

As aulas foram retomadas no dia 19/10. Os docentes aguardam que o reitor da UFS cumpra com o acordo feito com os docentes da UFS para dar início ao processo de estatuinte em até 30 dias após o final da greve, ou seja, até 13 de novembro.

No dia 17/10 foi realizado um almoço festivo em comemoração ao dia dos professores.

Aconteceu no final de semana de 19 a 20 de setembro o curso de formação política e sindical organizado pela Diretoria da ADUFS. Houve participação de militantes de diversas partes do Brasil.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

A Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe discutiu no dia 07/09 a situação das universidades e da Educação Pública Federal, principalmente diante dos cortes empreendidos pelo governo. A comissão foi presidida pela deputada Ana Lúcia e teve participação de representantes dos docentes, técnicos, estudantes, além da deputada Maria Mendonça.

A solicitação da Audiência Pública para debater o assunto foi feita pela ADUFS e atendida pela deputada Ana Lúcia com o intuito de conseguir o apoio dos parlamentares para a luta das categorias e sensibilizá-los quanto à situação das universidades. Em 2012, um movimento semelhante ocorreu durante a greve da Educação Federal em Sergipe, e as categorias receberam apoio do Legislativo.

ADUFMAT: Roberto Boaventura

Seguem os informes:

- Realizamos um fórum de discussão sobre a PEC 395, com diversas entidades do ensino público e estamos numa campanha para cobrar de nossos deputados seus votos a favor da PEC e pedido de audiência pública;
- Discutimos a resposta da reitoria referente a nossa pauta interna e agendamos reunião para 05/11 com a reitora para discutirmos pontos que não foram esclarecidos;
- transformação do comando local de greve em comissão de mobilização

SINDCEFET-MG: Suzana Maria Zatti Lima

Informes:

Para iniciar os informes saliento que acabamos de passar pelo processo de eleição para Diretor Geral do CEFET-MG, fato que influenciou bastante nossa não adesão ao movimento grevista, tendo sido utilizado nas assembleias, como justificativa para este posicionamento, por diversos professores.

- 1 **PEC 395** – Embora tenhamos discutido bastante na diretoria da seção sindical e nas últimas assembleias, a gravidade da legalização do fim da gratuidade do ensino público, iniciando pelos cursos de extensão conforme proposto pela PEC 395, o SINDCEFET-MG ainda não realizou nenhuma ação direta junto aos parlamentares mineiros, principalmente, porque a diretoria está trabalhando efetivamente com 4 diretores, o que nos impede de realizar todas as tarefas demandadas.
- 2 **Ações feitas pela seção sindical – Pauta interna:** A pauta local continua sendo as Condições de Trabalho com foco na precarização dos ambientes de trabalho, salas, laboratórios, áreas externas e estacionamentos e a morosidade para a conclusão das obras, o que dificulta as atividades de forma geral na instituição, além da questão do assédio moral, principalmente contra os professores em estágio probatório e nas unidades do interior. Entretanto, os relatos feitos não são formalizados, o que dificulta a construção da nossa pauta. Apesar disso, fizemos reuniões com a diretoria do CEFET-MG sobre a precarização onde foram dadas

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior explicações das mais variadas e feitas promessas de solução dos problemas apresentados que, de forma geral, não foram efetivadas.

- 3 **Abre as contas Reitor e influência dos cortes nas IFES:** Os cortes de verbas foram feitos, inicialmente, nas passagens e diárias e nos serviços terceirizados, se ampliaram e tem provocado diversas dificuldades na instituição. Encaminhamos ofício para a diretoria anterior que não nos respondeu. Reenviamos ofício solicitando reunião com a diretoria recém-eleita para discutir diversas questões incluindo a relativa aos cortes de verba.
- 4 **Progressão e promoção na carreira – interno:** Os critérios de progressão e promoção, incluindo o RSC e a progressão para Titular, embora tenham sido feitos sem discussão com o coletivo, não causaram dificuldades de forma a impedir a progressão ou promoção dos professores.
- 5 **Outubro de lutas:** A seção sindical tem uma diretora atuando junto ao CSP Conlutas local, entretanto, não se conseguiu organizar nenhuma ação conjunta para a marcha prevista do dia 28 contra Dilma, Renan, Aécio, PMDB e PSDB.
- 6 **Encontros Preparatórios ao II ENE:** Na reunião da Regional Leste, ocorrida nos dias 23 e 24 últimos, ficou agendada reunião específica, em Juiz de Fora, para dar início à discussão do tema.

Outros Informes:

Embora não tenhamos conseguido deflagrar a greve, tivemos como ganho a implementação das assembleias estendidas, possibilitando a participação de todos os campi no debate e na decisão de não adesão ao movimento grevista e, em consequência, a decisão foi tomada por um número de professores imensamente superior ao registrado nas últimas três greves nacionais do setor das federais, além da aproximação da nossa Seção Sindical da base na sua totalidade e, também em consequência deste trabalho, a filiação de diversos professores. Cabe salientar que, no conjunto, as unidades do interior, onde a precarização é mais evidenciada, a deflagração da greve foi aprovada tendo sido rejeitada na assembleia de Belo Horizonte, onde se concentra o maior número de professores, e no cômputo geral.

Cabe salientar ainda que na última assembleia no Campus de Belo Horizonte fomos questionados e duramente criticados quanto à legalidade da prática adotada pela atual diretoria do SINDCEFET-MG, de implementar as Assembleias Estendidas, principalmente porque estas foram feitas em diferentes momentos e ainda por nunca ter sido feita pela nossa Seção Sindical. Argumentamos que a questão da multicampia é uma dificuldade para muitas SS e que as práticas precisam se adequar à nova realidade das instituições de ensino federais pós-expansão e que, pelo regulamento da SS, não há impedimento.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ADFMTM: Valéria Siqueira Roque

A conjuntura nacional da greve foi de forte resistência por parte do governo, embora utilizando diferentes estratégias de mobilização e negociação, entendemos que foram poucos os avanços. Localmente, houve dificuldade de mobilização, tanto pela desvalorização no instrumento da greve por parte de docentes como pela compreensão de muitos sobre o contexto político e econômico de nosso país e mesmo o contexto político na UFTM. Sendo assim, a adesão à greve se deu apenas no dia 17 de agosto de 2015, embora os técnicos já estivessem em greve e, a partir do movimento grevista docente, houve a adesão do movimento estudantil à greve. O contexto institucional que se instalou foi de forte cerceamento do direito de greve dos docentes e assédio, a partir de diferentes pressões e de ações da reitoria que passou a publicar notas e resoluções pressionando a comunidade acadêmica. Barreiras para a suspensão do calendário acadêmico foram colocadas, tendo sido este aprovado pelo Conselho Superior de Ensino (COENS), mas uma vez que este foi encaminhado de forma inadequada e tendenciosa ao Conselho Superior (CONSU), a suspensão deste foi derrubada pela maioria dos conselheiros. O movimento grevista docente analisa que o posicionamento da gestão universitária foi contraditório e dúbio, pois no discurso oficial expressava apoio e diálogo na greve, no entanto na abertura de contas a visão passada pela gestão sobre a situação financeira e administrativa da universidade foi “positiva”, diminuindo os problemas financeiros, o que não condiz com as necessidades e demandas vivenciadas dia a dia pelos institutos, departamentos e cursos, ainda mais agravados pelos cortes na educação anunciados pelo governo. Durante a greve, o coletivo docente requereu constantemente um verdadeiro diálogo, uma gestão democrática, pautada na participação, no debate e encaminhamentos coletivos para as questões que afetam a universidade. Foi apenas próximo ao final da greve nacional que a mobilização local se aprofundou, devido ao aumento da insatisfação local dos docentes frente à intensificação da precariedade das condições de trabalhos e na situação de desvalorização dos docentes nos processos de participação e decisão na universidade. Em assembleia do dia 8 de outubro com a participação de 68 docentes foi feita esta avaliação da greve nacional e local, e houve debate entre duas posturas - uma que entendia que era o momento da saída unificada e outro de insatisfação da saída neste momento em que não houve nenhuma conquista efetiva e agravamento dos cortes do ajuste fiscal, muito embora reconhecendo-se o visível desgaste da mobilização nacional e local, sendo necessário apenas um momento de suspensão da greve. Em deliberação, aprovou-se a saída unificada, com a rejeição da proposta do governo. Perante a saída de greve, foram deliberados: constituição de Comando de Mobilização Local (CML), participação em outras estratégias de discussões e mobilização na instituição; rodas de conversa; e plenárias com a reitoria e pró-reitorias. Ao CML ficou indicada a continuidade do processo de mobilização docente, assim como iniciar o processo de negociação da Pauta Local (visto que o movimento grevista findou-se no momento da consolidação da Pauta Local, sem haver qualquer negociação), assim como, indicado para o CML mobilizar os docentes na participação de debates e procedimentos jurídicos que foram iniciados durante a greve em relação ao assédio decorrente da publicação de notas e resoluções. No que se refere à mobilização docente frente às notas e resoluções produzidas pela Reitoria, o coletivo docente solicita apoio político e jurídico do

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES-SN. Em nova Assembleia Docente, no dia 15 de outubro, continuamos a avaliação da greve, e foi indicado, pela assembleia, o encaminhamento, à Reunião do Setor das IFES, a defesa do “não início às atividades do 1º semestre de 2016”, caso não haja uma modificação no cenário de cortes às IFES.

ADUFLA: Marcelo de Carvalho Alves

- Apreciação do balanço anual 2014 – Foi superavitário e recomendou-se aprovação. Aprovado por ampla maioria.
- Aprovou-se reajuste da UNIMED após negociação entre docentes, UNIMED e Reitoria.
- Apresentou-se melhorias no Clube de Campo dos docentes.
- Realizou-se uma nota de repúdio sobre a publicação e divulgação do artigo “Grevismo Ocioso” pela Folha de São Paulo e ANDIFES. No documento constam inverdades sobre reposição de aulas, bem como sobre comparativos tendenciosos e equivocados sobre a greve.
- Sobre a pauta interna produzida na greve 2015, houve apenas uma reunião com a reitoria para analisar o assunto, sobre o qual não houve maiores avanços até o momento.
- No momento, a UFLA está se preparando para eleições da Reitoria, nesse mês de novembro. Existem duas chapas, sendo uma a Chapa para reeleição.
- Durante a greve de 2015 houve tentativa de contato com parlamentares, sem sucesso. As tentativas devem ser retomadas.
- Os professores estão se organizando em reuniões periódicas para assimilar aos andamentos de negociações sobre reposicionamento na carreira junto à Reitoria. Há sentimento sobre a necessidade de judicializar as demandas pela dificuldade em se avançar em questões internas que ferem direitos dos trabalhadores docentes.
- Houve participação de professores da ADUFLA em eventos regionais e nacionais, e a participação efetiva deve continuar até o fim desse ano de acordo com a agenda proposta pelo ANDES-SN.
- Uma comissão permanente de mobilização foi montada após a greve de 2015 para conferir maior apoio ao movimento.
- Os cortes do governo federal foram aplicados na UFLA, inclusive pela CAPES aos programas de pós-graduação.

ADUFOP: Ricardo Silvestre da Silva

Deliberações:

A UFOP entrou em greve em 13/7/15 e saiu em 14/9/15, com retorno das atividades em 13/10/15. Realizamos mobilização e assembleias durante o processo de greve. Conseguimos dialogar com a reitoria que apresentou dados orçamentários e gargalos. O desafio para o próximo período é intensificar a mobilização para o debate em torno da PEC 395 e o ENE.

Durante a greve conseguimos construir uma pauta local com demandas de todos os institutos com problemas e desafios a serem enfrentados e encaminhados e discutidos com a reitoria.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Outras Informações:

Durante a greve a ADUFOP mandou representante para o CNG e realizamos assembleias sistemáticas para avaliar o quadro nacional.

ADUR-RJ: Heitor Fernandes M. Filho

Apesar de várias assembleias não foi possível aprovar nem o indicativo de greve. O barema para a promoção para professor titular capitalizou a atenção da Universidade em 2014 e início de 2015, quando os primeiros professores que alcançavam as metas produtivistas iniciaram os procedimentos exigidos. O corte de verbas fez com que a administração central indicasse o corte de um terço dos trabalhadores terceirizados, o não pagamento das diárias a motoristas e professores nas atividades, como aulas práticas de campo e excursões, realizadas fora do campi, com duração superior a um dia. Nos dias 3, 4 e 5 de novembro será realizada a eleição para a nova diretoria da ADUR-RJ para o biênio 2015/2017.

ADUFF: Elizabeth Barbosa e Kate Lane

- Reunião do Comando de Mobilização no dia 22 de outubro – Avaliação da greve, algumas atividades da greve como o “Cine Debate” continuarão a acontecer com programação já definida até abril; construção de um seminário de formação sindical buscando a promoção de novos quadros; levantamento dos deputados do Estado do Rio de Janeiro que votaram a favor do PEC 395 – Iniciar uma campanha de denúncia.
- Situação do HUAP – Direção da HU fechou as internações, direção da HU e vários profissionais fazendo curso de gestão para EBSEH no Sítio-libanês/SP. Os três segmentos da comunidade acadêmica articulando a luta contra a EBSEH e a defesa pública do HU. Realização de um ato no CUV no dia 28/10.
- Participação na reunião do FEDCO no dia 19/10, na Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN – Construção do encontro preparatório para o II ENE. Primeira atividade de preparação para encontro preparatório dia 28 de novembro de 2015 – Seminário sobre a “Defesa da Educação Pública.”
- Final de novembro realização do III Encontro do Interior com a perspectiva de continuar o levantamento da precarização nesses campi e construir estratégias de luta.

APUFPR: Adriana Hessel

As ações da APUFPR estão voltadas às pautas locais, a saber:

- Luta contra imposição das 18 semanas letivas no semestre. Contra precarização e pela qualidade do trabalho docente no ensino, pesquisa e extensão.
- Recepção dos novos professores da UFPR.
- Solicitação da abertura das contas pelo reitor que estava prometida para 9/9/15 e não foi cumprida.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

APROFURG: Rodney Valentim Pereira Novo

1 - Na última assembleia ficou deliberado que entraríamos em contato com a Reitoria para esclarecer a situação financeira e os problemas causados pela falta de repasse das verbas. A reitoria marcará o dia e realizaremos uma seção conjunta com os três segmentos para os esclarecimentos.

2 – A APROFURG esteve representada na Reunião da Regional preparatória ao II ENE. Ficou marcada uma reunião com o Conselho Municipal de Educação e os Sindicatos das Escolas Privadas, SINPRO e das Escolas estaduais (PERG e juntos com APROFURG para elaborarem proposta para o ENE de 2016).

3 – O Setor Jurídico requereu o pagamento do Adicional de Zona de Fronteira;

Outras Informações:

O procurador indicou um prazo para que o sindicato retirasse a sede para fora do recinto da universidade. Juntamente com a Reitoria o Setor Jurídico descobriram uma lei que permitiu nossa permanência como comodato. Foi pedido para a Reitoria a prorrogação por mais 30 anos que junto com 5 anos, ficou prorrogada a nossa permanência até 2050.

ADUFPEL: Henrique Mendonça

Não participamos da greve, apesar de ter enviado observadores ao CNG. Houve greve dos TAE. Não houve a matrícula e isto atrasou a entrada de 1.000 novos alunos (Novo calendário foi elaborado para a recuperação das atividades acadêmicas até março de 2016). Fizemos ação de cobrança à reitoria de informações sobre os impactos dos cortes na UFPel. As respostas foram evasivas, buscando abrandar o verdadeiro impacto. A última AG foi realizada antes da greve (Foram 3 e notamos o avanço na disposição de luta a cada nova AG, mas não o suficiente). Nova AG será realizada no dia 04-10-15. Estamos articulando o encontro municipal, preparatório para o II ENE.

Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS: Rubia Vogt

A Seção Sindical do ANDES-SN na Ufrgs tem informado os docentes sobre a PEC 395, que ataca a educação pública, gratuita e de qualidade. Os colegas foram convidados para uma "chuva de e-mails" para a bancada gaúcho no Congresso, denunciando a nocividade da PEC. A Seção tem aderido às campanhas da Nacional, Regional e de segmentos e entidades com lutas afins, e da preparação ao ENE. Tem marcado presença, também, nos debates sobre a Ufrgs, sejam eles promovidos pela própria universidade, sindicato dos técnicos ou estudantes. A campanha "abre as contas Reitor", com divulgação no boletim, debate em assembleias de greve e charges resultou em uma resposta da Reitoria, que prestou, ao menos, alguns poucos esclarecimentos sobre o orçamento da universidade. Em relação às progressões, infelizmente, na Ufrgs, os professores ficaram mais de ano impedidos de progredir, pois as normas não eram encaminhadas. Agora, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas tem postura de não pagar os retroativos, remunerando os professores apenas a partir da data de concessão da portaria de progressão.

A greve na Ufrgs foi marcada pela discussão da pauta nacional e também da pauta local. A organização de demandas locais, em especial sobre infraestrutura, não permitiu que a Reitoria permanesse calada, tendo que se comprometer, inclusive por escrito, com

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
alguns pontos da pauta local. Conseguimos participar de atos, campanhas, debates junto ao sindicato dos técnicos, movimento estudantil e demais entidades que compartilham de nossa luta sindical. A greve foi encerrada com balanço político de que era momento de manter o que foi conquistado e preservar conquistas. Após o fim da greve na Ufrgs, continuamos acompanhando o movimento nacional através do CLM.

SEDUFMS: Adriano Figueiró

- Foram realizadas diversas assembleias para a discussão sobre o indicativo de greve mas, em que pese a maioria delas ter contado com um grande número de docentes, a categoria deliberou pela não entrada em greve. Ainda assim, várias atividades foram realizadas em conjunto com os técnico-administrativos, como panfletagens, atos públicos, fechamento de rodovia, etc.
- Em duas assembleias o reitor foi convidado para apresentar a situação dos cortes na universidade e compareceu, confirmando que o plano de repasses de verbas do MEC para a universidade não apresentava mais nenhuma lógica, que o governo estava atendendo apenas com base na pressão e que a estratégia da universidade para lidar com isso é a de ir administrando as contas, pagando sempre as mais atrasadas e discutindo a possibilidade de redução de terceirizados.
- A seção sindical promoveu um seminário sobre expansão no ensino superior, nos dias 19 e 20 de outubro. No dia 20, discutiu-se, a partir do resultado de uma pesquisa de dois anos, o impacto do REUNI na UFSM, onde se demonstrou que mesmo com toda a expansão, a universidade está muito longe de atingir a meta de 90% de taxa de conclusão, e que a RAP (Relação aluno-professor) teve um grande crescimento (apesar de não se atingir a relação de 18/1) apenas devido à grande expansão da pós-graduação. Para além disso, a carência de infraestrutura, a enorme taxa de evasão e o déficit de professores para muitos dos cursos novos, é uma das características marcantes do REUNI na UFSM.
- A seção sindical está especialmente envolvida no processo de construção de uma estatuinte paritária, cuja metodologia já foi aprovada pelo CONSUN, sendo que agora abre-se uma segunda fase que antecede às eleições para delegados (que deverá acontecer entre maio e junho de 2016), que é a de realizações de conferências gerais em todos os campi da universidade, para discutir os grande projetos de universidade em disputa.
- A situação da EBSEH na universidade está se agravando a cada dia. Recentemente os Residentes fizeram um ato público de denúncia pela falta de



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior condições de trabalho, ao mesmo tempo em que o CONSUN aprovou a possibilidade do hospital cobrar uma taxa para que os alunos da área de saúde de uma universidade privada da cidade possam fazer seus estágios.

- Estamos participando das reuniões preparatórias para a organização do ENE e, na próxima semana, teremos reuniões com as demais entidades para discutir as estratégias locais de mobilização e enfrentamento da PEC 395.
- Estaremos realizando, no dia 6 de novembro, na Câmara de Vereadores da cidade, uma audiência pública sobre a auditoria da dívida brasileira, com a participação de um membro da Auditoria Cidadã da Dívida.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO II

LISTA DE PRESENTES

Dia 30/10/15 – Manhã

Diretoria: André Rodrigues Guimarães, Giovanni Felipe Ernst Frizzo, Marinalva Silva Oliveira, Paulo Rizzo, Renata Rena Rodrigues.

Seções Sindicais: **ADUFAC** (Moisés Lobão), **ADUA** (Antônio da Silva), **SESDUFRR** (Antônio Carlos Junior), **ADUFPA** (Suelene Pavão e Ivan Neves), **SINDUNIFESSPA** (Wanderley Padilha), **ADUFERSA** (Magnus Gonzaga), **ADUF CG** (Elizangela Sales e Elvia Lane do Nascimento), **ADUFEPE** (Eronilvaldo Fernando e Augusto Cesar Neto), **ADUFS** (Jailton de Jesus Costa), **ADUFMAT** (Vanessa Furtado e Roberto Boaventura), **SINDCEFET-MG** (Suzana Maria Zatti), **ADUFU** (Paulo C. P. de Andrade e Rosana Ono), **ADFMTM** (Daniele de Souza e Valéria Roque), **APESJF** (Joacir Melo e Custódio da Motta), **ASPUV** (Fernando Pinheiro Reis), **ADUFLA** (Marcelo de Carvalho Alves), **ADUFOP** (Ricardo da Silva), **ADUFF** (Elizabeth Barbosa e Kate Lane), **ADUR-RJ** (Heitor Fernandes Filho, Marcos Domingos da Silva e Dan Gabriel D'onofre), **APUFPR** (Adriana Dalagassa), **Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS** (Rúbia Vogt), **APROFURG** (Rodnei Valentim Pereira Novo), **ADUFPEL** (Henrique A. F. Mendonça), **SEDUFMS** (Adriano Figueiró).

Dia 30/10/15 – Tarde

Diretoria: André Rodrigues Guimarães, Giovanni Felipe Ernst Frizzo, Marinalva Silva Oliveira, Paulo Rizzo, Renata Rena Rodrigues.

Seções Sindicais: **ADUFAC** (Moisés Lobão), **ADUA** (Antônio da Silva), **SESDUFRR** (Antônio Carlos Junior), **ADUFPA** (Suelene Pavão e Ivan Neves), **SINDUNIFESSPA** (Wanderley Padilha), **ADUFERSA** (Magnus Gonzaga), **ADUF CG** (Elizangela Sales e Elvia Lane do Nascimento), **ADUFEPE** (Eronilvaldo Fernando e Augusto Cesar Neto), **ADUFS** (Jailton de Jesus Costa), **ADUFMAT** (Vanessa Furtado, Roberto Boaventura e Maria Luzinete Vanzeler), **SINDCEFET-MG** (Suzana Maria Zatti), **ADUFU** (Paulo C. P. de Andrade e Rosana Ono), **ADFMTM** (Daniele de Souza e Valéria Roque), **APESJF** (Joacir Melo e Custódio da Motta), **ASPUV** (Fernando Pinheiro Reis), **ADUFLA** (Marcelo de Carvalho Alves), **ADUFOP** (Ricardo da Silva), **ADUFF** (Elizabeth Barbosa e Kate Lane), **ADUR-RJ** (Heitor Fernandes Filho, Marcos Domingos da Silva e Dan Gabriel D'onofre), **APUFPR** (Adriana Dalagassa), **Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS** (Rúbia Vogt), **APROFURG** (Rodnei Valentim Pereira Novo), **ADUFPEL** (Henrique A. F. Mendonça), **SEDUFMS** (Adriano Figueiró).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Dia 31/10/15 – Manhã

Diretoria: Giovanni Felipe Ernst Frizzo, Marinalva Silva Oliveira e Renata Rena Rodrigues

Seções Sindicais: **ADUFAC** (Moisés Lobão), **ADUA** (Antônio da Silva), **SESDUFRR** (Antônio Carlos Junior), **ADUFPA** (Suelene Pavão e Ivan Neves), **SINDUNIFESSPA** (Wanderley Padilha), **APRUMA** (Claudio Anselmo de Souza Mendonça), **ADUFERSA** (Magnus Gonzaga), **ADUFCG** (Elizangela Sales e Elvia Lane do Nascimento), **ADUFEPE** (Eronilvaldo Fernando e Augusto Cesar Neto), **ADUFS** (Jailton de Jesus Costa), **ADUFMAT** (Vanessa Furtado, Roberto Boaventura e Maria Luzinete Vanzeler), **SINDCEFET-MG** (Suzana Maria Zatti), **ADUFU** (Paulo C. P. de Andrade e Rosana Ono), **ADFMTM** (Daniele de Souza e Valéria Roque), **APESJF** (Joacir Melo e Custódio da Motta), **ASPUV** (Fernando Pinheiro Reis), **ADUFLA** (Marcelo de Carvalho Alves), **ADUFOP** (Ricardo da Silva), **ADUFF** (Elizabeth Barbosa e Kate Lane), **ADUR-RJ** (Heitor Fernandes Filho, Marcos Domingos da Silva e Dan Gabriel D'onofre), **APUFPR** (Adriana Dalagassa), **Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS** (Rúbia Vogt), **APROFURG** (Rodnei Valentim Pereira Novo), **ADUFPEL** (Henrique A. F. Mendonça), **SEDUFMS** (Adriano Figueiró).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Anexo III

Moções

MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS AÇÕES ARBITRÁRIAS DA REITORIA E À GESTÃO CENTRALIZADORA

Os docentes representantes de 25 seções sindicais presentes na Reunião do Setor das Federais do ANDES-SN, realizada nos dias 30 e 31 de outubro de 2015, em Brasília-DF, vêm repudiar as ações administrativas da Reitoria da UFTM, ações essas de cunho autoritário, tecnocrático e antidemocrático. O cenário que se configura na UFTM é de assédio e castração de direitos trabalhistas e da discussão coletiva das questões universitárias junto à comunidade acadêmica e seus órgãos de representação, ações graves e que ferem o princípio da gestão democrática e transgressão do Regimento Geral e Estatuto da Universidade, em uma política administrativa pautada em proposições de Notas e Resoluções - provenientes da Reitoria e Pró-Reitorias. Os docentes representantes de 25 seções sindicais presentes na Reunião do Setor das Federais do ANDES-SN repudiam quaisquer ações que visem a desmobilizar a participação e os encaminhamentos democráticos, legais e legítimos, por parte dos conselheiros, assim como os atos que desvalorizarem o CONSU, como espaço democrático.

Brasília, 31 de outubro de 2015
Reunião do Setor das Federais do Andes-SN

Moção de Repúdio aos atos autoritários da reitoria da Unifap

Os docentes representantes de 25 seções sindicais presentes na Reunião do Setor das Federais do ANDES-SN, realizada nos dias 30 e 31 de outubro de 2015, em Brasília-DF, repudiam veementemente o ato de perseguição sindical praticado pela Reitoria da UNIFAP, contra a Diretoria do SINDUFAP, com abertura de Sindicância em função de ação legítima do movimento grevista.

A Reitoria evidencia novamente postura autoritária que procura criminalizar aqueles que lutam, na UNIFAP, por direitos coletivos. Em mais uma tentativa de intimidação e ataque à organização sindical, a administração abriu sindicância contra o SINDUFAP, com base em acusações sem fundamentos e contraditórias referentes ao fechamento de um dos portões de entrada da Universidade.

Os docentes representantes de 25 seções sindicais presentes na Reunião do Setor das Federais do ANDES-SN, consideram a ação da Reitoria da UNIFAP um grave ataque à liberdade sindical e declaram inaceitável o uso de quaisquer medidas cerceadoras e punitivas quanto ao exercício do direito legítimo de organização sindical dos trabalhadores.

Brasília, 31 de outubro de 2015
Reunião do Setor das Federais do Andes-SN